

OCOS

Banco Mundial: um banco contra o desenvolvimento?

PAIVA comenta a intervenção do Eanes

as próximas eleições — não posso deixar de entender preocupante a situação que se está criando em matéria de objectividade na informação.

E ocorre perguntar porque estores que se encontravam agora irigindo órgãos de comunicação estatizados, a nível de gestão, e que eram nomeados pelos Governos sobre da Costa e Mota Pinto, da exclusiva confiança do Presidente da República, são agora objecto de substituição, feita por um outro governo igualmente da confiança do mesmo Presidente da República? Será que afinal os Governos anteriores de iniciativa presidencial não asseguravam uma formação objectiva e isenta...?

E sem perfilharmos a dúvida sistemática e não esquecendo as várias objecções de ontem, não vemos, contudo, sentir a confiança que, em princípio, as palavras do Presidente da República deveriam assegurar neste âmbito.

As eleições que se vão realizar a 2 de Dezembro são caracterizadas de uma importância fundamental e decisiva ao futuro do País. Os portugueses conscientes de que a democracia é participação e que a abstenção é gativa e constitui uma porta aberta para um qualquer totalitarismo, irão decerto maciçamente às urnas. Os portugueses, o seu voto irão escolher a próxima governação para Portugal. Irão dizer se querem governação dirigida por um socialismo o clarificado e que tem vindo a desenvolver uma prática concreta com o comunismo português se querem uma governação social-democrata não pactuante com forças totalitárias.

SE BEM nos recordamos, o verdadeiro nome do corretamente chamado Banco Mundial é "Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento" (BIRD), e tal instituição faz parte de um conjunto de organismos ligados à ONU.

Se bem nos recordamos, todos os anos nos seus relatórios e através dos discursos do seu presidente, Robert McNamara (o homem que julgou possível vencer a guerra do Vietnam por computadores), o Banco Mundial mostra a sua grande preocupação com o desenvolvimento dos países mais atrasados e mede, com auxílio de laboriosos indicadores, os progressos feitos na aproximação entre países "pobres" e países "ricos".

Se bem nos recordamos, a ONU (de que, insistimos, o Banco Mundial é um organismo especializado) mostra idênticas preocupações da Conferência de Viena que promoveu em Viena uma grande conferência internacional, em que Portugal esteve representado, sobre Ciência e Tecnologia como armas do desenvolvimento.

Isto, quanto às palavras, às "intenções" aos votos mais ou menos piedosos. Passemos, agora, ao concreto.

O Banco Mundial tem vindo a financiar alguns projectos industriais no nosso País, o mais importante grupo dos quais foi o programa de produção de adubos da Quimigal, empresa pública, recordamos também. Pois sucede que o Banco Mundial não só exige uma avaliação económica e financeira dos projectos de acordo com os seus próprios critérios, o que se compreende (ainda que se admita que os nossos critérios — se os houvesse... — poderiam ou mesmo

JOÃO MARTINS PEREIRA critica o Banco Mundial pela recusa deste em utilizar empresas de engenharia portuguesas

deveriam ser outros), mas também exerce uma autêntica tutela sobre a condução do projecto, intervindo ao nível das principais decisões a ele relativas, o que já tem muito pouco que ver com o papel de uma entidade financiadora.

É assim, por exemplo, que o Banco Mundial tem a última palavra (porque o deixam ter) na simples pré-qualificação das firmas de engenharia a serem consultadas para um dado projecto, quando não é ele próprio a indicá-las. Por esta via, e o caso concreto do programa adubeiro é apenas um deles, a engenharia nacional tem sido sistematicamente remetida a um papel subalterno na execução do "engineering" das novas unidades industriais: subcontratada de grandes empresas estrangeiras, que lhe "passam" os trabalhos que muito bem entendem. Mas esta participação nacional não é de nenhum modo critério prioritário na apreciação das propostas e na adjudicação. O Banco Mundial é rei e senhor neste campo e com isso, tal como tem vindo a actuar, está a bloquear inequivocamente uma das principais fontes de desenvolvimento que é — em sintonia com as preocupações da conferência de Viena — o aprofundamento das qualificações e das capacidades

tecnológicas por parte dos países que se diz pretender desenvolver...

Precisando melhor, conhecemos casos em que, ainda que havendo acordo do promotor português de um projecto quanto à qualificação de uma empresa de engenharia nacional, e havendo um licenciador de processo estrangeiro de reputação internacional decidido a confiar-lhe a responsabilidade global do "engineering", o Banco Mundial se opôs terminantemente a essa qualificação pela simples razão de não ter referências — coisa que, obviamente, por este andar nunca terá. E assim o Banco Mundial continuará sistematicamente a apenas permitir a qualificação dos grandes "contractors" internacionais dos países "avançados", que constituem o seu clube privado — e que, convém lembrar, canalizam para os respectivos países a parte de leão das encomendas de equipamento, que bom jeito lhes dá, sabido o desempenho que por lá vai...

Timidez e subserviência dos gestores públicos

Tem havido casos em que é o próprio Banco Mundial que encomenda a um consultor estrangeiro o estudo de mercado para um investimento em Portugal, decide a

capacidade da unidade a instalar, fixa a área do terreno a adquirir, etc., etc., perante o silêncio recolhido dos gestores (públicos) da empresa promotora (?) do projecto, que se limitam a cumprir ordens.

Pensamos que a timidez e a autêntica subserviência por parte dos gestores públicos e dos Ministérios de tutela face aos "senhores" do Banco Mundial são em grande parte responsáveis por este autêntico atentado à engenharia e ao desenvolvimento nacionais. Ainda não há muito, alguém me referia o "autêntico pânico" que se apodera de certo conselho de gerência cada vez que está para chegar uma delegação do Banco Mundial. Também há casos meritórios em que gestores e técnicos de empresas públicas se batem pela participação nacional, mas, sem apoio superior, a sua posição é sempre a de terem de aceitar sem discussão a última palavra de Washington.

É óbvio que, num caso destes, a única possibilidade de inversão seria a utilização da maneira forte, e nem sequer teria de ser "muito forte": não-terão os Ministérios de tutela, poderes para impor às empresas sob a sua alçada a consulta obrigatória à engenharia nacional ou mesmo, para projectos até uma certa dimensão e complexidade, a obrigatoriedade de serem empresas nacionais a conduzir e responsabilizar-se pelo "engineering" global? É certo que não temos os recursos do Amazonas a pesar no nosso poder negocial, mas também o é que tais medidas, comparadas com a legislação brasileira de protecção à engenharia nacional parecem simplesmente ridículas...

A não haver uma actuação decidida neste domínio, não poderemos deixar de lançar daqui uma acusação ao Governo português (também a este, pois os outros já vimos como foi) de estar a colaborar numa autêntica sabotagem do nosso potencial de desenvolvimento — tenham os seus representantes dito as mais dignas coisas na Conferência de Viena. Aliás, bem gostaríamos que técnicos da Administração Pública e da Banca (incluindo o Banco de Portugal) nos contassem como a esse nível se têm passado as relações com os homens do Banco Mundial que por aí proliferam também, com estudos, pareceres, planos, etc., etc. Não estavam eles designados também para fazer parte da extinta Comissão de Reavaliação do Projecto de Sines criada pelo famoso despacho de Jacinto Nunes? Não se iluminou o rosto de um secretário de Estado do IV Governo quando, ao ser-lhe entregue o estudo de um novo projecto, exclamou: "Ainda bem que me chega isto, pois hoje à tarde vem af o Banco Mundial e eu estava sem nada para lhes apresentar"??

E agora: talvez não fosse mau que aqueles que porventura continuem a pensar que a palavra "imperialismo" é um mero "slogan" imaginado por fanáticas cabeças esquerdistas meditassem um pouco nos factos, indeneáveis, que acabamos de referir...

João Martins Pereira é engenheiro químico e autor, entre outros livros, de "Pensar Portugal Hoje" (1971) e "O Socialismo, a Transição e o Caso Português" (1977).

Uma argumentação infundada

A RECENTE publicação em Suplemento ao Diário da República de 25 de Junho último, do

Tomou-se em conta na feitura deste diploma o sistema de carreiras na Função Pública, seguido na maioria dos países (só

F, relativamente à carreira técnica superior, que tem as letras G, E, D e C.

No que respeita à referência à